

ARTIGO

TRABALHO E ADOECIMENTO NO GOVERNO VARGAS (PARAÍBA, 1930-1945)

LEONARDO QUERINO B. FREIRE DOS SANTOS

Pesquisador do campo da História da saúde e das doenças
Licenciado e mestre em História (UFPA), doutor em História Social (USP)
Docente do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus Picuí
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1450-1319>

RESUMO: Analisamos as condições de vida dos trabalhadores paraibanos entre 1930 e 1945, demonstrando que o trabalho continuou sendo fator de exploração e adoecimento. Também evidenciamos que, apesar da política repressiva, os trabalhadores reivindicavam direitos, inclusive apropriando-se do discurso oficial. Para tanto, analisamos jornais da época: *A União* e *Voz da Borborema*, alinhados com os grupos dominantes; e *A Batalha*, um “Órgão dos Trabalhadores”.

PALAVRAS-CHAVE: Governo Vargas; Relações de trabalho; Cidadania.

WORK AND ILLNESS IN THE VARGAS GOVERNMENT (PARAÍBA, 1930-1945)

ABSTRACT: We analyzed the living conditions of the Paraiban workers between 1930 and 1945, showing that work continued to be a factor of exploitation and illness. We also showed that, despite the repressive policy, the workers claimed rights, even appropriating the official discourse. To this end, we analyzed newspapers of the time: *A União* and *Voz da Borborema*, aligned with the dominant groups; and *A Batalha*, a “Workers Organ”.

KEYWORDS: Vargas Government; Work relations; Citizenship.

Recebido em: 01/02/2022

Aprovado em: 21/03/2022

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2022v73p357-380>

INTRODUÇÃO

Em 14 de julho de 1921, numa conferência realizada no Liceu Paraibano¹, o advogado Álvaro de Carvalho² apresentou um diagnóstico pessimista sobre as condições de vida das classes trabalhadoras. Em sua visão, o trabalhador brasileiro encontrava-se “corroído pela fauna microscópica das verminoses, desfibrado pelas intermitências das maleitas, desintelectualizado por séculos de ignorância e da miséria, organicamente empobrecido por alimentação parca e imprópria na primeira infância”³ (Apud DINIZ, 2004, p. 137). Pode-se depreender que tal situação resultaria das próprias condições de vida das classes pobres – “daquelas que formam o sopé e a base da nossa sociedade”, como acrescentou o próprio conferencista – de onde era “recrutada” a maior parte dos trabalhadores paraibanos. Contudo, ainda de acordo com Carvalho, as condições de trabalho também constituiriam “um meio penoso de prolongar a miséria” destes indivíduos, sendo para eles “uma expiação, um cansaço” (Apud DINIZ, 2004, p. 137).

Alguns anos depois, folheando o jornal *A União*⁴, o leitor poderia concluir que o trabalho continuava sendo um fator de “miséria” para as classes trabalhadoras. Em sua edição de 4 de junho de 1940, o jornal publicou uma nota sobre a relação entre “Trabalho e afecções da pele”:

O crescente desenvolvimento das indústrias tem causado, aos que nelas se ocupam, inúmeras perturbações da pele. Presume-se, que, anualmente, pelo menos um trabalhador em cada cem torna-se portador de alguma dermatose, em consequência de seus afazeres profissionais. [...]. As vítimas dessas manifestações ficam, muitas vezes, incapacitadas de trabalhar por semanas, meses e até anos. [...]. O

¹ Instituição de ensino fundada em 1836 na capital paraibana, era a mais importante do estado nos anos 1920. Permanece em funcionamento como uma das principais escolas da rede estadual de ensino.

² Foi vice-presidente da Paraíba no governo de João Pessoa (1928-1930), tendo assumido a presidência entre 26 de julho e 4 de outubro de 1930 após este ter sido assassinado.

³ A ortografia das citações foi atualizada, desde que não comprometesse o entendimento dos documentos originais.

⁴ Criado pelo então presidente da Paraíba, Álvaro Machado, em 1893, e mantido desde então pelo governo do estado, este jornal era editado na capital e possuía uma linha editorial governista. Nesse sentido, defendia e propagava as ações e a visão de mundo dos grupos hegemônicos no estado. Durante o período que estamos analisando, este periódico também servia de veículo para a divulgação de textos escritos por médicos, abordando tanto as temáticas relativas ao universo da saúde quanto assuntos do cotidiano e da política paraibana. Dessa forma, quando o discurso médico aparecia nas páginas de “A União”, normalmente ele convergia com os interesses das elites políticas e econômicas da Paraíba. “A União” permanece em circulação, ainda como órgão oficial. Cf. Eduardo Martins (1977).

perigo aumenta à medida que se descobrem novos processos químicos e na razão da sua crescente aplicação (Trabalho..., 04 jun. 1940).

Analisando as duas fontes, é possível supor que, assim como na época de Álvaro de Carvalho, nos tempos de Getúlio Vargas o trabalho continuava sendo um meio de morte e adoecimento.

Autores como Wanderley dos Santos (1979, p. 75-76) e Ângela de Castro Gomes (2002, p. 29) evidenciaram as limitações das leis trabalhistas sancionadas no governo Vargas. Mesmo reconhecendo a importância desta legislação, eles demonstraram que um considerável contingente das classes trabalhadoras⁵ – formado por trabalhadores rurais, autônomos, domésticos, desempregados, subempregados e empregados instáveis – ficou dela excluído. Além disso, os documentos citados anteriormente nos levam a questionar os limites e possibilidades desta legislação quanto à proteção da vida e da saúde dos trabalhadores.

Nesse sentido, este artigo problematiza as condições de vida dos trabalhadores paraibanos entre os anos de 1930 e 1945. Com base nos processos verificados nesse contexto, buscamos demonstrar que, apesar dos inegáveis ganhos materiais e simbólicos que a legislação social trouxe para amplos segmentos das classes subalternizadas, o trabalho continuou sendo um fator de exploração e adoecimento para os trabalhadores brasileiros nos tempos de Vargas.

Esta relação entre trabalho e adoecimento vem recebendo cada vez mais atenção dos cientistas sociais. Ora, a pandemia do Coronavírus (2020 – ?)⁶ tornou ainda mais evidentes essa conexão macabra que tem caracterizado as relações produtivas sob o capitalismo. Analisando seus impactos sobre as classes trabalhadoras, Ricardo Antunes (2020, p. 17) demonstrou que esta tragédia mundial “não está desconectada do sistema

⁵ Em lugar de expressões com sentido restritivo, decidimos empregar o conceito de “classes trabalhadoras”, entendidas aqui como o segmento das sociedades capitalistas caracterizado por sua dependência em relação ao trabalho assalariado como forma de subsistência (SINGER, 2012, p. 191).

⁶ Consideramos como marco inicial desse processo o mês de março de 2020, quando a OMS declarou oficialmente a pandemia do Coronavírus, embora os primeiros casos da doença tenham sido registrados em dezembro de 2019.

de metabolismo antissocial⁷ vigente, não se tratando, portanto, de um fenômeno exclusivamente 'natural'. Inseridos em uma engrenagem socioeconômica que tem como objetivo prioritário a (re)produção do capital, os trabalhadores viram-se então "sob fogo cruzado": de um lado os riscos de contaminação e morte, do outro o fantasma do desemprego, do empobrecimento e da miserabilidade. Complicando ainda mais o cenário, o "capital pandêmico"⁸ aprofundou a precarização das relações de trabalho, fazendo emergir um cenário marcado pela crescente "Uberização do trabalho"⁹, distintos modos de ser da informalidade, precarização ilimitada, desemprego estrutural exacerbado, trabalhos intermitentes em proliferação, acidentes, assédios, mortes e suicídios" (ANTUNES, 2020, p. 10).

Desse modo, a saúde e a doença não podem ser analisadas como fenômenos puramente naturais, pois está cada vez mais perceptível para a literatura sobre o tema a sua capacidade de impactar as relações sociais. Assim, informados por esta concepção histórica, bem como dialogando com as questões suscitadas pelas recentes mudanças nas relações de produção, pretendemos evidenciar como a problemática da saúde e da doença também se encontram intimamente relacionadas com os mundos do trabalho.

CIDADANIA NOS TEMPOS DE VARGAS

Para compreendermos a dinâmica das relações de trabalho durante o primeiro governo Vargas, precisamos discutir o conceito de cidadania que foi então construído. Naquele contexto, trabalhar com carteira assinada e ser filiado ao sindicato de sua categoria eram os pré-requisitos para ser considerado "cidadão". Foi isso o que demonstrou a pesquisa de Wanderley dos Santos, ao formular a noção de "cidadania regulada". Com base nela, ele esclarece quem era considerado cidadão nos tempos de Vargas:

⁷ Ricardo Antunes (2020, p. 07) utiliza a metáfora do "metabolismo antissocial" para descrever o funcionamento do capitalismo: "Tratando-se de uma complexa engrenagem econômica que não possui limites para a sua expansão (pois seu foco é sempre a produção de mais capital), sua resultante é uma acentuada destrutividade".

⁸ Definido por Ricardo Antunes (2020, p. 13) como a "imbricação trágica entre sistema de metabolismo antissocial do capital, crise [econômica] estrutural e explosão do coronavírus".

⁹ Definida como uma relação de trabalho desprovida de direitos, exercida através de aplicativos por trabalhadores(as) contratados(as) como "prestadores(as) de serviços" por grandes corporações (ANTUNES, 2020, p. 15).

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão, e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. [...]. Se era certo que o Estado devia satisfação aos cidadãos, era este mesmo Estado quem definia quem era e quem não era cidadão, via profissão (SANTOS, 1979, p. 75).

Ao estudar as relações entre Vargas e as classes trabalhadoras, Ângela de Castro Gomes (1994, p. 163) aproxima-se desta noção. Nesse sentido, ela assinala que, no período getulista, “Só ‘quem tem ofício’ – quem é trabalhador com carteira assinada e membro de um sindicato legal – ‘tem benefício’”, isto é, tem acesso aos direitos trabalhistas.

De acordo com estes autores, o governo Vargas institucionalizou um conceito de cidadania atrelado ao exercício do trabalho. Além disso, buscou legitimar a noção de uma “democracia social”, antagônica à “democracia liberal” que teria vigorado durante a Primeira República, quando o patronato recorria ao argumento da “liberdade de trabalho” para se opor à intervenção estatal (GOMES, 2002, p. 19-20). Assim, convergindo com o autoritarismo do período getulista, foi construída uma narrativa que

[...] investiu fundamentalmente contra o Poder Legislativo, seus representantes, seus rituais e suas organizações. As câmaras, os parlamentares, o voto, as eleições, os partidos – tudo isso foi considerado expediente inoperante e descartável. Só que esse discurso desqualificador dos direitos políticos tinha como outro lado da moeda uma extrema valorização dos direitos sociais, estes sim entendidos como verdadeira diretriz de um regime que se queria justo e democrático. Os direitos sociais, materializados com destaque nos direitos do trabalho, tornam-se o centro definidor da condição de cidadania no país. Naturalmente, tratava-se de uma outra proposta de democracia social, compatível com o autoritarismo político e que também não priorizava os direitos civis (GOMES, 2002, p. 34).

Especialmente no Estado Novo, enquanto os direitos civis e políticos foram bastante limitados, os direitos sociais continuaram a ser

implementados e propalados pelo governo. Porém, para ter acesso aos benefícios da legislação social era preciso exercer uma profissão reconhecida pelo Estado e se sindicalizar. Portanto, a noção de cidadania regulada nos permite compreender que o acesso das classes trabalhadoras aos direitos sociais foi instrumentalizado pelo Estado para (con)formar um determinado tipo de cidadão/trabalhador. Aqui, estamos pensando no acesso diferenciado a direitos e benefícios como estratégia de fragmentação e, conseqüentemente, de desmobilização das classes trabalhadoras.

Desse modo, o conceito de cidadania construído no período getulista também buscou “disciplinar”¹⁰ os trabalhadores por meio da lógica do “Só quem tem ofício tem benefício”, visto que era preciso ingressar e se manter no mercado de trabalho formal para ser considerado cidadão, o que implicava certo grau de adequação aos preceitos capitalistas. Contudo, junto com Jorge Ferreira (1997, p. 56), devemos lembrar que “A aceitação do regime, enfim, não implicava necessariamente resignação ou conformismo”. Isto porque mesmo aceitando determinadas regras do jogo capitalista, os trabalhadores resistiam. Por isso, precisamos considerar que “o processo de hegemonia não impede as pessoas de defenderem seus interesses, de buscarem saídas alternativas, de procurarem brechas nas regulamentações autoritárias e de perceberem os limites impostos” (FERREIRA, 1997, p. 28).

HABITAÇÃO, ALIMENTAÇÃO E ADOECIMENTO

As fontes analisadas demonstram que, ao contrário do que veiculava a propaganda oficial, problemas que vinham sendo denunciados pelos movimentos trabalhistas desde as primeiras décadas do século XX continuavam afetando a saúde das classes trabalhadoras durante o período getulista.

Em alguns casos, nem mesmo a “intimidade” de alguns periódicos com os grupos dominantes foi suficiente para esconder de seus leitores a difícil realidade das classes trabalhadoras. Confirmando as péssimas

¹⁰ Michel Foucault (2013, p. 164) define o “poder disciplinar” como uma forma de dominação que tem por fim a constituição de indivíduos produtivos e ordeiros. Para tanto, diversas instituições – como escolas, fábricas, hospitais, prisões, internatos, dentre outras – foram mobilizadas com o objetivo de (con)formar sujeitos “dóceis”, isto é, “aptos” para o trabalho e “inaptos” para a luta política.

condições de habitação, propícias à proliferação de doenças entre os mais pobres, o articulista do jornal oficial *A União* assim se posicionou sobre a temática em dezembro de 1932:

Tomemos por exemplo João Pessoa, onde os aluguéis sobem sempre, ao sabor dos proprietários. Casas de 150\$ são pardieiros sem nenhum conforto, infectos, carecendo de luz e ar. E quem pode morar numa desse preço? Os poucos funcionários de ordenado superior a 500\$: guarda-livros, e alguns mais que possuam outra renda, além dos vencimentos. O restante tem de sacrificar a saúde, irremediavelmente, em casebres de oitenta ou cem mil réis, localizados em ruas distantes, sem transportes, e tratar de não pensar na triste realidade de sua vida (A casa..., 06 dez. 1932).

Para a maior parte dos trabalhadores, restava sacrificar a saúde em habitações anti-higiênicas, localizadas em ruas distantes e sem infraestrutura. Nesse contexto, com os poucos salários que recebiam, os trabalhadores pobres e informais dificilmente poderiam arcar com as despesas de uma habitação em boas condições sanitárias. Prosseguindo em sua denúncia, o jornalista do órgão oficial afirmava:

Casas que vêm do primeiro império, de grossas paredes de pedra e pavimento de tijolos negros; casas onde morreram, de todas as moléstias (cólera, varíola, tuberculose etc., etc.) mais de cem pessoas, construídas aí por uns duzentos mil réis e recebidas em herança, são hoje avaliadas (pelos donos) em 25:000\$ e alugadas, naturalmente, por 300\$. São as mesmas casas. Apenas lhes fizeram ordinárrimas instalações d'água, esgotos (a maioria ainda tem fossas) e luz. Talvez devido à origem dos primeiros donos, seus banheiros são horríveis, sujíssimos, lodosos. [...]. Pois bem, continuam assim. Apenas, de civilização, receberam uma torneira ou um chuveiro, dos mais baratos, e cuja função é proporcionar-nos irritantes banhos de ferrugem. Outros constroem casas agrupadas, paredes singelas, baixíssimas, quartos de dois metros quadrados, nenhum quintal, e exigem 150\$ e 200\$ por esses cubículos de pombos (A casa..., 06 dez. 1932).

Outra dificuldade enfrentada pelas classes trabalhadoras era a alimentação. Com os poucos recursos que possuíam, era difícil alimentar toda a família conforme as recomendações médicas¹¹. Em texto publicado por *A União*, Josué de Castro¹² discutiu a questão. Abordando a importância

¹¹ Hardman e Leonardi (1991, p. 156-157) calcularam que o déficit no orçamento familiar dos trabalhadores girava em torno de 100\$000 por mês. Por seu turno, Meressi (2016, p. 95) mostrou que nem a criação do salário mínimo (Decreto nº 2.162, de 01/05/1940) foi suficiente para solucionar este problema.

¹² Josué de Castro (1908-1973) foi um médico pernambucano de atuação destacada em pesquisas e Instituições no campo da alimentação e nutrição. Sua obra *O problema da alimentação no Brasil* foi um marco nas discussões sobre estas problemáticas no Brasil. (Cf. BEZERRA, 2012, p. 162).

da alimentação na produtividade dos trabalhadores, ele articulou fisiologia, clima e sociedade para expor sua posição:

Os trópicos permitem a adaptação perfeita de qualquer raça, **desde que sejam cumpridos os requisitos que formam o mecanismo técnico da aclimação: casa, vestuário, alimentação e trabalho**, de acordo com as características dos climas quentes. A inobservância dessas bases, principalmente no que diz respeito à alimentação, é o que impossibilita muitas vezes o desenvolvimento do homem sob a ação dos climas tropicais (A alimentação..., 16 jul. 1935).

Josué de Castro ainda lamentou as péssimas condições alimentares das classes trabalhadoras, fator que contribuía para a improdutividade e a proliferação de doenças entre os mais pobres. Para ele:

A vida nas grandes cidades, com as horas fixas de trabalho e os salários miseráveis das classes pobres, veio piorar mais a situação, obrigando o homem a usar os alimentos mais baratos e de mais fácil preparação, sem visar o seu real valor nutritivo. A indústria, com a falsificação de certos alimentos, veio colaborar nessa ruína de alimentação sadia até chegar aos nossos dias em que todos comem mal: os pobres, porque comem o que chega ao alcance de suas mãos para matar a fome; e os ricos, porque comem para pura satisfação dos seus sentidos refinados (A alimentação..., 16 jul. 1935).

Estas reflexões convergem com as análises do mesmo autor em “*O problema da alimentação no Brasil*”, obra publicada em 1934. Nela, Castro discute o problema alimentar brasileiro em seus aspectos médicos e sociais, defendendo a importância de orientar a população, seja qual fosse sua classe econômica, a “comer racionalmente”. No tocante aos trabalhadores, ele propunha uma alimentação proporcional ao uso de sua energia produtiva (BEZERRA, 2012, p. 162). Na verdade, foi seu trabalho como médico em uma fábrica no Recife que o estimulou a pesquisar e a denunciar o problema alimentar no Brasil. Em “*Vida das classes operárias do Recife*”, texto publicado em 1932, Castro argumentou que a baixa produtividade dos trabalhadores se devia principalmente à fome, que na sua visão era um dos mais graves problemas sociais do Brasil (SILVA, 2009, p. 57). Rememorando sua atuação como médico de fábrica nos anos 1930, em entrevista concedida em 1963, o autor traçou um quadro lúgubre sobre as condições alimentares das classes subalternizadas: “No fim de algum tempo, compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões. ‘Sei o que meus clientes têm. Mas não posso curá-los porque sou médico e não o diretor daqui. A doença

dessa gente... é fome'. Pediram que eu me demitisse. Saí. Compreendi, então, que o problema era social" (Apud SILVA, 2009, p. 57).

O relato de Josué de Castro demonstra que a questão que estamos discutindo não se limitava à Paraíba, conectando-se ao contexto nacional. Para este médico, a saúde alimentar das classes trabalhadoras não estava entre as prioridades do patronato. Nem a possibilidade de trabalhadores "mais produtivos", desde que mais bem alimentados, sensibilizava-os para combater a epidemia de fome que assolava seus empregados. Desse modo, as necessidades alimentares dos grupos subalternizados ficavam subordinadas à acumulação capitalista.

Confirmando que as leis trabalhistas do governo Vargas não foram suficientes para solucionar a "questão social", o doutor Jósia Magalhães, médico da Assistência Pública Municipal de João Pessoa, fez a seguinte observação na edição de setembro de 1939 da *Revista Médica da Paraíba*¹³:

Além da alimentação racional, rica em calorias, capaz de compensar as perdas provocadas pelo esforço muscular que é obrigado a desenvolver no seu diuturno labor, carece o operário de um abrigo seguro onde repouse das fadigas cotidianas e se resguarde das injúrias do tempo. De regra, o lar do operário é uma toca exígua, uma enxerga miserável, infecta e insalubre, sem ar, sem conforto, sem atrativos, sem requisitos de arte. [...]. Uma residência construída em função dos preceitos da higiene já é uma garantia para a conservação da saúde dos seus habitantes. Há certas doenças que se desenvolvem com singular desembaraço nas habitações em que escasseiam as condições higiênicas. [...]. O operário, que é um lídimo colaborador da riqueza pública, como força viva atuante nas indústrias, na agricultura e na pecuária, precisa ter um lar higiênico, confortável e aprazível (MAGALHÃES, 1939, p. 1-2).

Assim como nos tempos da Primeira República (1889 – 1930), durante o período getulista as condições de alimentação e habitação das classes trabalhadoras continuavam produzindo "corpos enfermos". Nesse sentido, as entrelinhas do discurso médico evidenciavam a permanência de problemas gerados pela acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que deixavam transparecer as limitações da tão propalada legislação social.

EFEITOS COLATERAIS DA MÁXIMA PRODUTIVIDADE

¹³ A *Revista Médica da Paraíba* circulou entre 1937 e 1944, sendo editada em João Pessoa e dirigida pelo médico Jósia Magalhães, que atuava na Assistência Pública Municipal de João Pessoa e era membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba.

As técnicas usadas pelo patronato para obter a máxima produtividade dos empregados constituíam outro fator de precarização das condições de saúde dos trabalhadores. Não se tratava apenas de produzir um corpo disciplinado para o trabalho, mas também de submeter o próprio mercado de trabalho às diretrizes da acumulação capitalista. Assim, o binômio vigilância/punição estava presente no cotidiano das unidades produtivas. Algumas estratégias disciplinarizadoras foram relatadas pela imprensa trabalhista:

Na fábrica dos senhores Marques de Almeida & Cia., há um alemão exercendo as funções de técnico. Além desta qualidade, é ultimamente o feitor dos escravos brancos que ali mourejam. O seu cérebro de estrangeiro pusilânime inventou a criação de um quadro negro, com o fito de multar a torto e a direito, os que são independentes, os que sentem no peito o desprezo que lhe vai n'alma por um adventício afrontador da nossa hospitalidade. Na sua ronda sinistra à semelhança do chacal que busca a vítima, a semana passada, desmoralizou em pleno coração da fábrica um operário por motivos fúteis! (A vida, 14 nov. 1934).

Mesmo com a legislação social, o mercado de trabalho continuava pautado nos princípios da vigilância e da punição. Além delas, a “magreza” e os atrasos dos salários também eram recorrentes. Então como conservar a saúde e ser um bom cidadão/trabalhador, quando se estava submetido a tais sofrimentos físicos e financeiros? Era o que questionava o jornal *A Batalha*¹⁴ ao lançar a seguinte reflexão: “Às explorações dos industriais só há um recurso: a greve. Os operários que ganham um salário de 20\$000 semanal, estão fadados ao sacrifício de sua saúde e o país sujeito as contingências de uma raça destinada ao fracasso” (Nota..., 24 set. 1934). Com efeito, o discurso das classes trabalhadoras também se apropriava da retórica higienista¹⁵ para

¹⁴ Editado em Campina Grande, *A Batalha* iniciou suas atividades em 1934, mas no ano seguinte foi fechado na esteira da repressão aos grupos de esquerda que se seguiu ao levante comunista de 1935. Nesse sentido, Bruno Gaudêncio (2012, p. 177) o qualificou como um “jornal de tendência comunista”, tendo em vista a importância deste pensamento em sua linha editorial. Autointitulado “órgão dos trabalhadores”, *A Batalha* publicava artigos e notícias com teor bastante crítico ao *status quo*, denunciando a exploração capitalista e defendendo melhorias nas condições de vida das classes trabalhadoras. Fundado e dirigido pelos jornalistas campinenses Arlindo Corrêa e Isidoro Aires, contava com a colaboração de trabalhadores de todo o estado, que enviavam cartas ao jornal com denúncias dos abusos a que eram diariamente submetidos (Cf. ARAÚJO, 1986, p. 239).

¹⁵ O discurso médico-higienista está implicado em um movimento mais amplo, o sanitarista. De acordo com Hochman e Fonseca (1999, p. 75-76), o movimento sanitarista brasileiro surgiu no início do século XX e pode ser esquematicamente dividido em duas fases. A primeira,

reivindicar melhores condições de trabalho¹⁶. Na fala dos grupos subalternizados, trabalhadores melhor tratados e mais bem remunerados formariam uma “raça” destinada ao “sucesso”. Mas isto estava longe de se concretizar. As condições de vida e trabalho destes grupos sociais permaneciam bastante aquém de sua importância social.

O poder patronal permanecia resistente aos benefícios da legislação social e procurava assegurar a (re)produção capitalista por meio da máxima exploração da mão de obra. Mesmo com a publicação, a partir de 1932, dos decretos que limitavam a jornada de trabalho¹⁷, a acumulação capitalista continuava tentando extrair a máxima produtividade dos trabalhadores. Em Campina Grande-PB,

A poderosa firma dos srs. Marquês de Almeida & Cia., na ânsia de aumentar os seus capitais obrigou os seus operários a fazer serão até às 23 horas da quinta e sexta-feira da semana passada. Infelizmente, o ilustre auxiliar fiscal que permanece nesta cidade, ao que nos parece, não notou este aumento de horas de serviço em prejuízo dos operários e sobretudo do prestígio da lei. [...] É o velho processo da burguesia de comprimir o proletariado aplicando a perseguição com um sorriso astuto para iludir a massa ignara. A BATALHA aguarda as providências do esforçado sr. Severino Alves da Silva, representante do Ministério do Trabalho (Os operários..., 24 set. 1934).

Por um lado, a nota acima evidencia a resistência das classes trabalhadoras, que não ficaram passivas ante o desrespeito de seus direitos: através da imprensa, denunciavam a exploração capitalista e reivindicavam o cumprimento da legislação. Por outro lado, ela revela a permanência das longas e desgastantes jornadas de trabalho nos anos 1930. As classes dominantes continuavam pensando os despossuídos apenas como força de

situada pelos autores entre 1903 e 1909, foi marcada pela gestão de Oswaldo Cruz à frente dos serviços federais de saúde e teria se restringido ao saneamento do Distrito Federal e dos portos. A segunda, marcada entre as décadas de 1910 e 1920, encarecia a importância do “saneamento rural”. Ainda sobre o tema, Lima (1999, p. 108) considera que o movimento sanitário “transformou em problema social, tema de debate público, uma questão que até aquele momento encontrava-se em foco especialmente nos periódicos médicos – a doença e o abandono como marcas constitutivas das áreas rurais do Brasil”. Nesse sentido, os sanitários afirmavam que o trabalhador brasileiro não era improdutivo “por natureza”, mas encontrava-se nesta condição devido às enfermidades que o afligiam. Por isso, propunham o saneamento e a educação sanitária como medidas estratégicas para o desenvolvimento econômico do país.

¹⁶ Analisando jornais operários, Aline Cadaviz (2010) demonstrou que esta apropriação dos discursos higienistas pelas classes trabalhadoras também ocorreu no Rio Grande do Sul, o que reforça nosso argumento sobre as conexões entre o cenário paraibano e o contexto nacional.

¹⁷ Em 22/03/1932 foi publicado o Decreto nº 21.186, limitando até oito horas diárias a jornada de trabalho nos estabelecimentos comerciais. Em 04/05/1932, veio o Decreto nº 21.364 que fez o mesmo para o trabalho na indústria.

trabalho, não se preocupando se as condições laborativas acarretariam doenças ou acidentes para os seus empregados. Estes ficavam expostos ao risco de morte, eram mutilados ou perdiam a saúde, enredados em relações de trabalho perigosas e insalubres:

Maria Miná da Silva, é operária da fábrica de tecidos de estopa, pertencente a firma Marques de Almeida & Cia. No dia 16 do corrente, às 15 horas, provavelmente a referida operária, quando trabalhava em uma máquina daquela fábrica, foi vítima de um acidente, que resultou em diversas escoriações no couro cabeludo. O ocorrido foi cientificado pelo Sindicato Geral dos Trabalhadores à Delegacia que instaurou o inquérito, o qual está sendo presidido pelo subdelegado do município (Apud MATIAS, 2013, p. 126).

A fadiga provocada por jornadas extenuantes levava ao descuido, à distração, reações orgânicas e psicológicas de corpos exaustos. A rígida disciplina tensionava os trabalhadores a produzirem mais, mas também produzia corpos cansados e insatisfeitos. Dessa forma, a tensão acumulada por dias seguidos de trabalho desgastante tornava o acidente e o adoecimento acontecimentos rotineiros no cotidiano das classes subalternizadas. Quando ocorriam, porém, quase nunca o trabalhador receberia atendimento médico adequado, como o demonstra a seguinte nota publicada por *A Batalha*:

Recebemos a carta abaixo, com pedido de publicação, ei-la:
Ilmo. Sr. Redator d'A Batalha.
Como operária, levo ao conhecimento dos senhores um caso revoltante que foi vítima um nosso colega.
Caiu de um caminhão um operário e levaram para o Hospital Pedro I as 11 horas do dia de ontem 24 até as 5 ainda não tinha sido feito o encamento (sic) o pobre gemia de cortar o coração nem um médico; o comércio paga o Município paga para receber os pobres bem. Mais (sic) senhores Redator o Dr. Arlindo não sabe o que é caridade chega no Hospital é tanto grito que os pobres ficam aterrorizados.
Peço chamar atenção desta falta de humanidade que estão fazendo aos pobres.
Da operária amiga.
Rosita (Solicitadas..., 28 mar. 1935).

Além das doenças e dos acidentes, os trabalhadores estavam sujeitos a outros tipos de sofrimentos. Nesse sentido, buscava-se controlar os mínimos aspectos de suas ações e reações, conformando-as segundo a lógica da produção. Gestos, movimentos, contatos, fisiologia e necessidades físicas: todos os elementos associados às operações corporais dos

trabalhadores estavam sob o olhar vigilante do capital. Uma simples ida ao banheiro poderia significar o temido desemprego:

No dia 4 do andante, na seção do Instituto Federal de Obras Contra as Secas, desta cidade, o administrador da turma de transportes, suspendeu por tempo indeterminado o operário Miguel Ginuins, pelo *crime* de ter ido a privada. O prejudicado, fez ciente do ocorrido ao chefe da secção, mas, este como intransigente algoz do operariado, não lhe deu a menor importância; nem sequer indagou o motivo de sua suspensão. Ficando o pobre operário, sem ter para quem apelar, exposto a fome irremediável (Não se justifica, 10 jan. 1935, grifos do autor).

A precarização das condições de vida das classes subalternizadas não era apenas um desdobramento da acumulação capitalista. Empobrecer o trabalhador ao máximo, fazê-lo temer perder o seu parco meio de sobrevivência, assombrá-lo sempre com o fantasma da “fome irremediável” era também uma estratégia de dominação. Em artigo publicado pelo jornal *Voz da Borborema*¹⁸, o bacharel em direito Carlos Agra, um dos mais importantes intelectuais de Campina Grande-PB nos anos 1930 e 1940, evidenciou esta faceta das relações capitalistas:

A moral da fábrica assenta na convicção da inferioridade do homem pobre ante o rico; a escravidão é o seu regime [...]. Ou as condições opressivas da fábrica com os míseros e parcos salários que lhe garantem precariamente a subsistência ou as esquinas das ruas sem teto e sem pão. Eis o dilema, em face do qual, o operário se encontra. O instinto de conservação é quem profere a sua sentença inapelável nesse beco estreito e subterrâneo de duas saídas, nesse túnel de válvulas compressoras (A desagregação..., 28 maio 1938).

Dessa forma, a ameaça do desemprego era operacionalizada como estratégia de controle social. Com efeito, aqueles que não se conformavam às vontades do patronato corriam o risco de perder seu parco meio de sobrevivência – o que não impediu que os trabalhadores continuassem lutando por direitos (FERREIRA, 1997, p. 36-46). Ademais, fica evidente o caráter “exemplar” desta estratégia punitiva de controle social, pois ela tornava explícito aos demais trabalhadores o que poderia acontecer com

¹⁸ Editado em Campina Grande-PB, este periódico circulou entre 1937 e 1939. Durante sua existência, adotou uma postura de defesa e propaganda do governo estadual e do Estado Novo imposto por Vargas, servindo praticamente como um porta-voz da gestão do interventor Argemiro de Figueiredo (ARAÚJO, 1986, p. 89). A respeito deste caráter “oficioso” da “Voz da Borborema”, são esclarecedoras as análises de Bruno Gaudêncio (2014, p. 260): “Surgido para ‘enaltecer’ o grupo político ligado a Argemiro de Figueiredo, nomeado como interventor do estado da Paraíba em 1937, sua direção estava nas mãos de Acácio Figueiredo, irmão do governador, compactuando com a ideia fundamentada pelo Estado Novo’.

aqueles que não se enquadrassem nos padrões de comportamento esperados:

No dia 14 do corrente, na Secção do Instituto Federal de Obras Contra as Secas, desta cidade, o administrador encarregado do transporte, dispensou seis operários, por não se submeterem a serviços particulares. O célebre *feitor de chicote*, ordenou a um que fosse levar, um lavatório a uma casa particular, como este se recusa, foi suspenso; aos outros mandou em uma residência, limpar um poço, partir lenha, carregar água e outros serviços domésticos, como se recusassem, entraram na lista negra, e na primeira oportunidade foram postos na rua (Não se justifica..., jan. 1935, grifos do autor).

Além de denunciar o patrimonialismo que marcava a gestão dos serviços públicos nos anos 1930 – contradizendo a propaganda oficial que propalava a “eficiência” da administração pública varguista –, a nota acima evidencia como a ameaça do desemprego era operacionalizada enquanto estratégia punitiva de controle social. Mesmo considerando as especificidades dos setores público e privado, a denúncia referida demonstra que tal estratégia estava presente nas relações de trabalho durante o período getulista. Pesquisando o cotidiano dos operários de Campina Grande-PB entre 1930 e 1965, Alisson Matias (2013, p. 17) confirmou esta hipótese ao evidenciar que “os patrões tinham plena consciência de que as máquinas poderiam forçar os trabalhadores a produzirem mais, sob a ameaça de serem despedidos, sendo esta uma nova tática para disciplinar os operários”. Na mesma linha, ao analisar depoimentos colhidos em processos de acidentes de trabalho dos anos 1930, Severino Cabral Filho (2012, p. 13) observou a ojeriza dos empregadores aos sindicatos e a ameaça de demissão aos sindicalizados como estratégia de dominação.

Desse modo, a precarização das relações de trabalho, neste caso sua instabilidade, não era apenas uma consequência da acumulação capitalista. Ela também foi utilizada como estratégia de dominação da mão de obra, com consequências sobre a saúde física e mental dos assalariados. Por meio da ameaça do desemprego, buscava-se disciplinar o trabalhador para a produção e fragilizá-lo para a luta política, visando sempre a formação de um “corpo útil”. A este respeito são pertinentes as reflexões de Foucault quando ele demonstra que o corpo

[...] também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no

a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 2013, p. 28-29).

É como força produtiva que o corpo do trabalhador é representado e “trabalhado” pelas relações de poder. Estas, traspassam sua existência de ponta a ponta, dentro e fora de seu ambiente de trabalho. Neste processo de dominação e resistência, até mesmo a necessidade de trabalhar é operacionalizada como estratégia de controle. Desse modo, a ameaça do desemprego pode ser usada como ação punitiva, castigo exemplar ou coação preventiva, no passado e no presente, com graves consequências sobre a saúde do trabalhador:

Se existe a ameaça de ser demitido e perder o emprego, isso significa um “grande golpe”, na medida em que trará problemas econômicos, o que causa estragos em sua identidade, alterando a autoimagem e interferindo em suas emoções e relações afetivas. Como diz o popular: “Cérebro que não pensa, coração que não sente”. Mas não é tão simples assim, pois o mal-estar resultante advém da perda de sentido e sentimento de culpa, por não ter aderido ou compreendido esse universo paradoxal que não reconhece seu valor (BARRETO; HELOANI, 2015, p. 555).

Também era comum o aumento do ritmo de produção em certos períodos, com dramáticas consequências para a saúde do trabalhador. Na Paraíba, caso semelhante foi denunciado pelo jornal *A Batalha*: “Nesta época em que o movimento é intenso devido à safra, é que necessitamos de fiscalização enérgica. Haja vista a situação das costureiras. Gastam toda energia física, num trabalho mal remunerado, e a mais leve reclamação dos seus direitos, são postas no olho da rua. Estas casas curiosas são apontadas porque constituem o espantinho do povo pobre” (Às vistas..., 05 dez. 1934).

Analisando o período getulista, Eliete Gurjão observou “a precariedade da indústria paraibana e a conseqüente insignificância do contingente operário”. Além disso, ressaltou o papel econômico “do Nordeste, e da Paraíba em particular, como região satélite, subordinando-se cada vez mais ao Centro-Sul como fornecedor de mão de obra e de capital e

consumidor dos manufaturados lá produzidos” (GURJÃO, 1994, p. 143-144). Mas a incipiência industrial e a subordinação econômica não amenizavam a exploração capitalista. Com suas especificidades, ela reproduzia-se em terras paraibanas à semelhança do que ocorria em outros estados, revelando a face crescentemente global da acumulação capitalista. Dessa forma, semelhante ao que observamos na Paraíba, Sônia Bercito demonstrou que em São Paulo “O capitalismo industrial tomou o corpo como mão de obra. Este passou a ser concebido como instrumento útil para garantir a produtividade, buscando-se moldar os comportamentos e impor aos indivíduos gestos e posturas adequadas às exigências crescentes de eficiência e rendimento máximo nas atividades, de acordo com a racionalidade do capital” (BERCITO, 2011, p. 374).

Durante o governo Vargas, a instituição da legislação social introduziu de vez o Estado como intermediário das relações capital-trabalho. Com a nova legislação, “as relações entre patrões e empregados passaram a ser mediadas, mesmo que precariamente, e muitas vezes apenas simbolicamente, por funcionários do Ministério do Trabalho” (SOUSA, 2006, p. 28). Contudo, a existência da lei não garantiu (e nem garante) a efetivação do direito. A este respeito, são emblemáticas as reivindicações trabalhistas em torno do cumprimento da jornada de 8 horas, estabelecida a partir de 1932. Embora ratificada pelos dispositivos legais, ela continuava sendo desrespeitada. Nesse sentido, até mesmo *A União*, jornal do governo da Paraíba, chegou a denunciar que

Parte do comércio do bairro de Cruz das Armas [em João Pessoa] segue a prática de não fechar aos domingos e nos dias úteis demorar com as portas abertas até alta noite. Temos recebido pedidos a fim de apelarmos para o prefeito Borja Peregrino e Inspetoria do Ministério do Trabalho no sentido de ser adotada uma providência que venha pôr cobro a essa irregularidade (O horário..., 24 dez. 1933).

Mas a permanência da exploração capitalista não deve ser pensada apenas pela ótica da dominação. A própria ação dos trabalhadores, denunciando suas duras condições através da imprensa, ou reivindicando a efetivação de seus direitos pela via judicial, evidencia a resistência das classes subalternizadas. Nesse sentido, não devemos esquecer “que os sistemas

disciplinares quase sempre são respostas a tais resistências” (PERROT, 2017, p. 69).

RESISTÊNCIAS

Mesmo submetidos a estruturas de dominação que buscavam extrair-lhes a máxima produtividade, os trabalhadores resistiam. Na Paraíba, os anos 1930 foram marcados pela crescente presença dos movimentos trabalhistas na cena política:

[...] os anos 1934/35 foram de maiores resistências, consubstanciadas em greves e movimentos paredistas. Tais resistências ocorreram no bojo da reconstitucionalização de 1934 e do governo de Argemiro de Figueiredo, eleito indiretamente governador da Paraíba. Nesse momento, o embate ideológico que se dava no plano nacional, também se desenrolava em solos paraibanos, nos quais integralistas e comunistas se opunham acintosamente. De um lado, Argemiro de Figueiredo buscava apoio das classes populares, por meio da sindicalização trabalhista de orientação varguista. De outro, empreendeu o uso das forças repressivas que agiam em nome da segurança nacional e da ordem pública (AIRES, 2012, p. 315).

Durante o governo constitucional de Vargas, observa-se o crescimento das mobilizações trabalhistas na Paraíba, movimento que já vinha ocorrendo nos núcleos mais industrializados do país desde 1931 (GOMES, 2002, p. 32). Esta ação dos grupos subalternizados foi tão relevante que chegou a unificar certas facções das oligarquias locais com vistas à manutenção da ordem social (GURJÃO, 1994, p. 155 e 164; SANTANA, 1999, p. 229-230).

As principais reivindicações dos movimentos trabalhistas na Paraíba giravam em torno das seguintes demandas:

cumprimento da lei de férias, de acidentes de trabalho, jornada de 08 horas, melhores condições de trabalho e transporte mais barato para a classe operária, com a extensão da linha de bondes aos bairros de maior índice proletário, como Rogers e Cruz das Armas. [...]. Melhores condições sanitárias e de assistência médica para os bairros proletários e transporte mais barato para os trabalhadores (SANTANA, 1999, p. 228).

Tais reivindicações revelam que os trabalhadores não se comportavam como receptáculos passivos do “trabalhismo”¹⁹ varguista.

¹⁹ Segundo Ângela de Castro Gomes, o “trabalhismo” foi uma ideologia estruturada pelo governo Vargas, com o fim de estabelecer um vínculo entre o presidente e os trabalhadores.

Nesse sentido, eles se apropriavam do discurso dominante, que propalava a valorização do trabalho e do trabalhador, para exigir direitos e benefícios. Como demonstrou Jorge Ferreira, “as pessoas comuns dispunham de informações sobre os acontecimentos políticos e a doutrina estatal” e “usavam tais informações em proveito próprio, lutando por suas demandas” (FERREIRA, 1997, p. 56). Dessa forma, entre as classes trabalhadoras também circulava uma percepção positiva sobre os benefícios das leis sociais. Contudo, esta postura não deve ser compreendida como vitória da manipulação estatal ou indício de passividade política, visto que

A aceitação de determinadas formas de poder não impedia os trabalhadores na época de Vargas de identificarem seus problemas de classe, apontarem as soluções que convinham a seus interesses e lutarem por elas. [...]. Ao fazerem a leitura e se apropriarem dessa forma [criativa] do discurso dominante, abriam brechas no regime autoritário e procuravam saídas alternativas num quadro político e social em que estas eram bastante escassas (FERREIRA, 1997, p. 55).

Além de reivindicações que cobravam o cumprimento das promessas do trabalhismo varguista, demandas relativas à saúde, higiene e previdência também estavam no horizonte das classes trabalhadoras. Nesse sentido, Gurjão (1994, p. 39) identificou movimentos de trabalhadores paraibanos em prol de direitos previdenciários, com ênfase nas pensões e aposentadorias. A autora ainda relata a greve dos trabalhadores da fábrica de fiação e tecelagem Marques de Almeida & Cia, ocorrida em Campina Grande-PB entre 23 e 31 de agosto de 1934, cujo estopim foi a “dispensa de um dos trabalhadores desta fábrica, que se encontrava enfermo” (GURJÃO, 1994, p. 156). Também merece destaque a greve dos trabalhadores das fábricas de cigarros de João Pessoa, ocorrida entre os dias 4 e 10 de novembro de 1935, em que “os operários tabagistas reivindicavam: aumento de salário, o direito de beber água fria, higiene geral e mais respeito às operárias, proibindo-se os revistamentos (sic)” (GURJÃO, 1994, p. 158). Tais evidências revelam que, além das demandas de teor político e econômico – liberdade associativa, representatividade eleitoral, melhores salários,

Para tanto, a propaganda oficial apresentava as leis trabalhistas como uma “doação”, estimulando-se a “reciprocidade” das classes subalternizadas. Porém, o “trabalhismo” não era apenas uma estrutura de dominação, pois os trabalhadores se beneficiavam com os novos direitos e eram agentes do processo (Cf. GOMES, 1994, p. 162-166).

menores jornadas – os trabalhadores incorporaram às suas reivindicações a problemática da saúde no trabalho.

Além disso, os trabalhadores também se apropriavam do discurso médico-higienista para reivindicar melhores condições de vida. Em textos como o que citaremos a seguir, o jornal *A Batalha* criticava o quadro sanitário de Campina Grande-PB, ressaltando seus efeitos prejudiciais para a saúde dos mais pobres. Ao mesmo tempo, cobrava das autoridades a resolução dos problemas de saúde pública:

É coisa cediça em nosso meio a situação vexatória da saúde pública, ameaçada pelo grande hiato que se vem observando pelo descaso do sr. Delegado de higiene [Dr. Severino Cruz]. Multiplicam-se as reclamações, os esgotos vivem exalando pestilências que estão matando a população pobre, sem s. s. (sic) tomar uma providência que faça repercutir a sua existência, de Delegado de higiene (*A higiene...*, 19 dez. 1934).

A imprensa trabalhista apropriava-se do discurso médico-sanitário para reivindicar melhores condições de vida e criticar a política de saúde pública. Além disso, a partir de suas próprias experiências cotidianas, os trabalhadores campinenses também articulavam suas demandas em relação à saúde pública. Para isso, recorriam à imprensa trabalhista para ecoar suas reivindicações:

Têm chegado à nossa redação diversas reclamações de moradores na rua João Pessoa e Monte Santo, pela falta de higiene que existe nos fundos da “Usina Pasteurizadora de Leite”. Pois lá se encontram diversos porcos, alimentando-se de resíduos de Leite, que ao apodrecer exalam um mau cheiro à mais de 500 metros. Com tamanha ameaça à saúde pública, a higiene passa ali, indiferente e cabisbaixo (Com o sr. Delgado..., 21 nov. 1934).

A partir destes documentos, pode-se perceber que, nos anos 1930, os grupos subalternizados apropriavam-se do discurso médico-higienista, propagado pelo movimento sanitarista²⁰ desde o início do século, para reivindicar direitos. Desse modo, buscavam subverter a lógica “disciplinadora” do discurso hegemônico para lutar por melhorias em suas condições de vida. Portanto, tais evidências demonstram que as classes trabalhadoras não constituem receptáculos passivos dos projetos dos grupos

²⁰ A respeito do movimento sanitarista, ver nota 15.

dominantes: elas os interpretam de acordo com seus interesses e os reelaboram em proveito próprio (FERREIRA, 1997, p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, as evidências indicam que durante o período getulista o trabalho continuou sendo um meio de morte e adoecimento para amplos setores das classes trabalhadoras.

Nesse sentido, evidencia-se a permanência de situações precarizantes que se arrastavam desde a formação do mercado de trabalho livre no Brasil. Contudo, não obstante a política repressiva do período, os trabalhadores resistiam, inclusive apropriando-se do discurso oficial para elaborar estratégias de vida e criar contra-argumentos em benefício de suas demandas e reivindicações (FERREIRA, 1997, pp. 27-28).

Mesmo reconhecendo que as leis trabalhistas criadas por Vargas trouxeram ganhos inegáveis para amplos setores das classes subalternizadas, buscamos demonstrar que essa legislação protetiva se mostrou insuficiente para solucionar a “questão social”. Além das resistências patronais, grande parte dos trabalhadores estava excluída dos benefícios celebrizados pela propaganda oficial.

Desse modo, ao analisar as relações capital-trabalho em um contexto específico, resgatamos evidências que permitem questionar a decantada legislação social do período getulista, problematizando seus limites e possibilidades para além do que apregoavam os partidários do regime.

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, J. L. de Q. **Cenas de um espetáculo político**: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945). Doutorado em História, CFCH/ UFPE, Recife, Brasil, 2012.

ANTUNES, R. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, F. **Paraíba – Imprensa e vida: Jornalismo Imprenso (1826 a 1986)**. João Pessoa: Grafset, 1986 [2ª Ed.].

BARRETO, M.; HELOANI, R. Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. **Serviço Social & Sociedade**, n. 123, 2015, pp. 544-561.

BERCITO, S. de D. R. Corpos-máquinas: trabalhadores na produção industrial em São Paulo (décadas de 1930 e 1940). In: DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M. (orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BEZERRA, J. A. B. Educação alimentar e a constituição de trabalhadores fortes, robustos e produtivos: análise da produção científica em nutrição no Brasil, 1934-1941. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 19, n. 1, 2012, pp. 157-179.

CABRAL FILHO, S. Imagens em contraponto: memórias de modernização, trabalho e dor – Campina Grande, 1930-1950. VI Simpósio Nacional de História Cultural, 2012, Teresina-PI. **Anais eletrônicos** [...] Teresina: UFPI, 2012.

CADAVIZ, A. K. **Proletários de todo o mundo, higienizai-vos!**: o discurso higienista impresso nos jornais dos trabalhadores (Porto Alegre: 1900 – 1919). Mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/PUCRS, Porto Alegre, Brasil, 2010.

DINIZ, A. da S. **A maldição do trabalho**: homens pobres, mendigos, ladrões no imaginário das elites nordestinas (1850 – 1930). João Pessoa: Editora Manufatura, 2004.

FERREIRA, J. L. **Trabalhadores do Brasil**: o imaginário popular (1930 – 1945). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GAUDÊNCIO, B. R. de A. A palavra impressa: uma história dos jornais, revistas e outros suportes impressos de Campina Grande (1913 – 1953). In: XVI Encontro Estadual de História, 2014, Campina Grande-PB. **Anais eletrônicos** [...] Campina Grande, PB: UEPB/ANPUH-PB, 2014. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/index.php/anpuhpb/XVI/paper/view/2468>. Acesso em 18 mar. 2022.

GAUDÊNCIO, B. R. de A. **Da academia ao bar**: círculos intelectuais, cultura impressa e repercussões do modernismo em Campina Grande – PB (1913 – 1953). Mestrado em História. CH/UFCC, Campina Grande-PB, Brasil, 2012.

GOMES, Â. de C. **A invenção do Trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Â. de C. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

GURJÃO, E. de Q. **Morte e vida das Oligarquias. Paraíba (1889 – 1945)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

HARDMAN, F.; LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1991 [2ª Ed.].

HOCHMAN, G.; FONSECA, C. M. O. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, D. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 73 – 93.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: IUPERJ/REVAN, 1999.

MARTINS, E. **A União: jornal e história da Paraíba, sua evolução gráfica e editorial**. João Pessoa, PB: A União, 1977.

MATIAS, A. L. **Vozes dissonantes do “progresso”**: cotidiano, exploração e resistência dos operários em Campina Grande (1930 – 1965). Mestrado em História, CH/ UFCC, Campina Grande-PB, Brasil, 2013.

MERESSI, F. S. **Salário mínimo e satisfação de necessidades vitais básicas no Brasil (2004 – 2013)**. Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares/UnB, Brasília, Brasil, 2016.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017 [8ª Ed.].

REVEL, J.; PETER, J-P. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Dir.). **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988 [3ª Ed.].

SANTANA, M. M. F. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVA, T. E. M. da J. de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil. **Cronos**, v. 10, n. 1, 2009. pp. 51-57.

SINGER, P. A cidadania para todos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 190 – 263 [6ª Ed.].

SOUSA, F. G. R. B. de. **Territórios de confrontos**: Campina Grande – 1920-1945. Campina Grande, PB: EDUFCC, 2006.

FONTES

A ALIMENTAÇÃO... A alimentação dos brasileiros. **A União**, João Pessoa, 16 de julho de 1935.

A CASA... A casa. **A União**, João Pessoa, 6 de dezembro de 1932.

A DESAGREGAÇÃO... A desagregação da família moderna. **Voz da Borborema**, Campina Grande-PB, 28 de maio de 1938.

A HIGIENE... A higiene Campinense está em estado de coma. **A Batalha**, Campina Grande-PB, 19 de dezembro de 1934.

A VIDA... A vida dos trabalhadores na fábrica de fiação e tecidos dos senhores Marques de Almeida & Cia. **A Batalha**, Campina Grande-PB, 14 de novembro de 1934.

ÀS VISTAS... Às vistas do senhor Fiscal do Trabalho. **A Batalha**, Campina Grande-PB, 5 de dezembro de 1934.

COM O SR. DELEGADO... Com o sr. delegado de higiene. **A Batalha**, Campina Grande-PB, 21 de novembro de 1934.

MAGALHÃES, Jósa. De vez em vez. **Revista Médica da Paraíba**, n. 16, p. 1 – 2, set. 1939.

NÃO SE JUSTIFICA... Não se justifica. **A Batalha**, Campina Grande-PB, 10 de janeiro de 1935.

NOTA... Nota do dia. **A Batalha**, Campina Grande-PB, 24 de setembro de 1934.

O HORÁRIO... O horário do trabalho do comércio de Cruz das Armas. **A União**, João Pessoa, 24 de dezembro de 1933.

OS OPERÁRIOS... Os operários tecelões estão sendo ludibriados. **A Batalha**, Campina Grande-PB, 24 de setembro de 1934.

SOLICITADAS... Solicitadas. **A Batalha**, Campina Grande-PB, 28 de março de 1935.

TRABALHO... Trabalho e afecções da pele. **A União**, João Pessoa, 4 de junho de 1940.